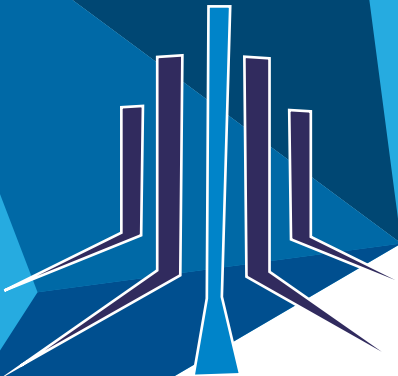




FAPEC

2025

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFGD

Horário: **8 horas**

MANHÃ

Duração da prova:
4 horas

Cód: **2008**

Cargo:

**Engenheiro de
Segurança do
Trabalho**

INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará: a) este caderno de questões e b) um cartão-resposta.
3. Ao receber autorização, verifique se, no caderno, constam todas as **50 (cinquenta)** questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.
4. Verifique, no cartão-resposta, se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.

Há somente uma alternativa correta para cada questão.

Exemplo: se a alternativa correta de uma determinada questão for B, o candidato deverá preencher totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:

A	☒	C	D	E
---	-------------------------------------	---	---	---

6. Não faça rasuras no cartão-resposta.
7. Procure responder a todas as questões.
8. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
9. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova. Os aparelhos celulares deverão estar desligados, não sendo permitido que eles toquem em nenhum momento durante a realização da prova.

AO TERMINAR A PROVA, RETIRE SUA
ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DA CARTEIRA
E COLE AQUI

As questões de **01 a 06** referem-se ao texto a seguir. Os parágrafos estão numerados e algumas palavras ou segmentos textuais estão sublinhados para facilitar sua identificação pelos candidatos.

A inclusão da terceira idade no mercado de trabalho: uma análise jurídica e social

Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade

[...]

[1] Este artigo explora os aspectos jurídicos e sociais da inclusão da terceira idade no mercado de trabalho, destacando os desafios e as perspectivas de avanço.

[2] A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 7º, inciso XXXI, a proibição de discriminação por idade para efeitos de admissão ao trabalho. Além disso, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), em seu art. 27, veio garantir a proteção contra a discriminação no mercado de trabalho e tem promovido o acesso da pessoa idosa a programas de capacitação e reinserção profissional.

[3] Essas normas refletem a necessidade de garantir igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, reconhecendo a experiência e a contribuição da população idosa para a sociedade, entretanto a efetividade dessas disposições depende de sua implementação prática e da conscientização social sobre a importância da inclusão.

[4] A inserção da terceira idade no mercado de trabalho não é apenas uma questão de direitos, mas também de desenvolvimento social e econômico. A experiência acumulada por esses trabalhadores pode ser um diferencial competitivo, realidade que contribuirá para a inovação e a transmissão de conhecimento no ambiente profissional, entretanto desafios significativos permanecem, como o preconceito etário e a falta de adaptação das empresas às necessidades dos idosos. A ausência de políticas voltadas para a capacitação e a reinserção profissional também limita, e muito, as oportunidades para essa faixa etária.

[5] A promoção da inclusão da terceira idade no mercado de trabalho requer esforços coordenados entre o setor público e o privado. Políticas públicas, como incentivos fiscais para empresas que contratam idosos, e programas de capacitação específicos são fundamentais para garantir a empregabilidade desse importante nicho populacional.

[6] Demais disso, iniciativas privadas podem desempenhar um papel importante, como a criação de ambientes de trabalho inclusivos e flexíveis, que atendam às necessidades de saúde e bem-estar dos trabalhadores idosos.

[7] Com o envelhecimento populacional, urge repensar o papel da terceira idade no mercado de trabalho. A transição para uma economia mais inclusiva exige não apenas mudanças legais, mas também transformações culturais que valorizem a diversidade etária. A Agenda 2030 da ONU, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

8, reforça a necessidade de promover o trabalho decente para todos, independentemente da idade. Essa diretriz pode orientar a criação de políticas mais abrangentes e eficazes no Brasil e no mundo.

[8] A inclusão da terceira idade no mercado de trabalho é uma questão central para a promoção da igualdade e do desenvolvimento sustentável. Embora o Brasil possua um arcabouço jurídico que garante o direito ao trabalho sem discriminação etária, a implementação de políticas públicas e iniciativas privadas ainda é um desafio. Somente por meio de esforços conjuntos será possível construir um mercado de trabalho verdadeiramente inclusivo para a população idosa.

(Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/422388/terceira-idade-no-mercado-de-trabalho-analise-juridica-e-social>. Acesso em: 9 jan. 2025. Com supressões, adaptações e grifos nossos)

01. Esta questão avalia conhecimentos sobre pontuação e suas implicações na construção de sentidos no texto (compreensão e interpretação). Assinale a alternativa que traz o comentário correto.

- A) Em [7], a ausência de vírgula antes da oração destacada garante o sentido restritivo que esta assume no período de que faz parte.
- B) Em [8], o sentido generalizante da oração destacada é garantido pela ausência de vírgula antes do pronome relativo ("que") que a introduz.
- C) Em [4], a oração destacada não está precedida de vírgula porque seu sentido é explicativo e generalizante, aplicando-se a todas as empresas.
- D) Em [8], a oração destacada deveria estar precedida de vírgula para garantir o sentido explicativo e generalizante que assume no período de que faz parte.
- E) Em [5], o pronome relativo ("que") que inicia a oração destacada deveria estar precedido de vírgula para garantir o sentido de restrição que introduz no período.

02. Há, no texto, um problema de organização textual que interfere (negativamente) na coesão. Em qual das alternativas se aponta essa falha coesiva e uma possível solução para o problema?

- A) O problema está no uso indevido de "Essas" [3] e "Essa" [7]; a autora deveria ter empregado "Estas" e "Esta", remetendo aos respectivos termos mais próximos.
- B) O problema está no uso do singular em "limita" [4]: como o sujeito da oração é composto, a forma verbal deveria estar no plural ("limitam").
- C) O problema está na falta de paralelismo sintático entre as duas últimas orações destacadas em [2], o que inviabiliza sua ligação por "e".
- D) O problema está em [4]: não é possível identificar o referente de "essa faixa etária"; o ideal seria a repetição de "os idosos".
- E) O problema está na separação dos parágrafos [5] e [6], que poderiam ser articulados em um único (parágrafo).

03. Assinale a alternativa que traz três palavras que são empregadas no texto como substantivos.

- A) Trabalho; idosa; prática [3].
- B) Público; privado; fiscais [5].
- C) Acesso; idosa; profissional [2].
- D) Trabalhadores; diferencial; idosos [4].
- E) Bem-estar; trabalhadores; idosos [6].

04. Em qual das alternativas são apontados dois tipos de sequências textuais presentes no texto?

- A) Argumentativas e narrativas.
- B) Argumentativas e injuntivas.
- C) Descritivas e narrativas.
- D) Narrativas e injuntivas.
- E) Injuntivas e dialogais.

05. Esta questão avalia conhecimentos sobre itens diversos do conteúdo previsto no Edital. Assinale a alternativa que traz a informação correta sobre o respectivo item em avaliação.

- A) Coesão: "essa diretriz" [7] retoma "Agenda 2030 da ONU" [7].
- B) Crase: em [2], faltou o sinal indicativo de crase em "a programas".
- C) Ortografia/uso de hífen: a palavra "bem-estar" [6] deveria ter sido grafada sem hífen, pois a segunda palavra do composto inicia-se por vogal.

D) Concordância: em "ainda é um desafio" [8], há erros de concordância verbal e nominal; o correto é "ainda são desafios", pois há dois núcleos do sujeito no plural.

E) Regência verbal: em [6], como o objeto de "atender" não é pessoa, esse verbo foi empregado como transitivo indireto, justificando o uso do sinal de crase em "às".

06. O modo como a autora emprega a expressão "terceira idade" no texto (título, [1], [4], [5], [7], [8]) corresponde a uma figura de linguagem. Em qual das alternativas é apontada essa figura?

- A) Metáfora.
- B) Hipérbole.
- C) Metonímia.
- D) Prosopopeia.
- E) Silepse de gênero.

07. No segundo parágrafo [2], a partir da comparação entre "art. 7º" e "art. 27", é correto afirmar que:

- A) a autora respeitou a norma para uso de números ordinais ou cardinais em referências a artigos de leis.
- B) no primeiro caso, a autora deveria ter grafado o numeral por extenso: "art. sétimo".
- C) em ambos os casos, a autora deveria ter grafado por extenso os numerais.
- D) para garantir o paralelismo, a autora deveria ter usado "art. 27º".
- E) para garantir o paralelismo, a autora deveria ter usado "art. 7".

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LEGISLAÇÃO RELATIVA AO SERVIDOR E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

08. Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Toda pessoa tem direito à verdade, mas o servidor pode omiti-la ou falseá-la quando contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- B) Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza atitude contra a ética ou ato de desumanidade, tão pouco grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- C) A função pública não deve ser tida como exercício profissional, pois os fatos e os atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- D) A moralidade da Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal, não havendo relevância na existência de equilíbrio entre a legalidade e a finalidade na conduta do servidor público.

E) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput e § 4º da Constituição Federal.

09. Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- A) O servidor deve ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o poder estatal.
- B) O servidor poderá deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister sempre que for de sua vontade.
- C) É vedado ao servidor participar dos movimentos e dos estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- D) É permitido ao servidor usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.

E) É vedado ao servidor abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

10. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética, cuja fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso, é a de:

- A) demissão.
- B) suspensão.
- C) censura.
- D) multa.
- E) a Comissão de Ética não pode aplicar pena ao servidor faltoso.

11. De acordo com a Lei n.º 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar que:

- A) a reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado quando invalidada a sua exoneração por decisão administrativa, sem ressarcimento de vantagens
- B) reversão é o retorno à atividade a partir do requerimento do próprio servidor aposentado, podendo ocupar qualquer cargo que esteja vago na estrutura administrativa.
- C) readaptação é a reinvestidura do servidor no cargo que ocupava, em decorrência da anulação da aposentadoria por invalidez por decisão da junta médica oficial.
- D) o servidor habilitado em concurso público adquirirá estabilidade no serviço público quando for empossado em cargo de provimento efetivo.
- E) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e de vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

12. De acordo com a Lei n.º 8.112, de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a reversão é:

- A) uma penalidade administrativa.
- B) uma espécie de licença remunerada.
- C) um tipo de vacância de cargo público.
- D) uma forma de provimento de cargo público.
- E) um requisito para acumulação de cargo público.

13. De acordo com a Lei n.º 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, na Administração, a autoridade competente:

- A) não pode anular os atos administrativos que praticar.
- B) pode revogar os seus atos administrativos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- C) pode anular os seus atos administrativos apenas quando forem inconvenientes ou inoportunos.
- D) pode anular seus atos administrativos quando ocorrer ilegalidade e revogar direitos adquiridos.
- E) não pode revogar os atos administrativos que praticar.

14. De acordo com a Lei n.º 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- A) o ato de improbidade administrativa sempre exige a prova de enriquecimento ilícito do agente público.
- B) o ato de improbidade administrativa pode decorrer da conduta culposa ou dolosa que cause danos ao erário.
- C) o mero exercício da função ou do desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- D) atos que atentem contra os princípios da Administração Pública são meras irregularidades e jamais configuram ato de improbidade administrativa.
- E) os atos de improbidade administrativa são atos praticados exclusivamente por servidores públicos.

INFORMÁTICA

15. Quando você acessa um site pela internet, qual parte do endereço do site indica o protocolo usado para a comunicação entre o seu navegador e o servidor?

- A) O parâmetro de pesquisa, como "?q=computadores".
- B) O protocolo, como "http://" ou "https://".
- C) O domínio, como "www.exemplo.com".
- D) A extensão do arquivo, como ".html".
- E) O caminho, como "/produtos".

16. No Microsoft Excel 2010 ou superior, é preciso calcular a média de valores em uma coluna, mas apenas daqueles que atendem a um critério específico. Qual função deve ser usada para obter esse resultado?

- A) =MÉDIA()
- B) =SOMASE()
- C) =MÉDIASE()
- D) =CONT.SE()
- E) =PROCV()

17. No Microsoft Excel 2010, você é solicitado a criar um gráfico para ilustrar as vendas de um produto ao longo de vários meses. Para garantir que os dados sejam visualizados corretamente, qual é o primeiro passo para criar um gráfico?

- A) Selecionar os dados, ir até a aba "Design" e clicar em "Criar Gráfico".
- B) Selecionar os dados, ir até a aba "Exibição" e selecionar "Gráfico de Linhas".
- C) Inserir um gráfico manualmente no slide e configurar os dados posteriormente.
- D) Inserir uma fórmula de média para os dados e depois escolher um gráfico na aba "Fórmulas".
- E) Selecionar os dados que deseja incluir no gráfico e, em seguida, clicar na aba "Inserir" e escolher o tipo de gráfico desejado.

18. Qual das opções abaixo descreve corretamente a função de uma placa-mãe em um computador?

- A) Conectar e permitir a comunicação entre os componentes de hardware do computador.
- B) Realizar cálculos matemáticos e processar instruções do sistema operacional.

- C) Armazenar os dados do sistema operacional e dos programas instalados.
- D) Fornecer energia elétrica para os componentes do computador.
- E) Proteger o sistema contra falhas elétricas.

19. Você está navegando na web com o navegador Google Chrome e, ao visitar um site desconhecido, começa a perceber que a performance do seu computador está mais lenta, e você é redirecionado constantemente para páginas de anúncios. Além disso, um ícone aparece na barra de extensões do navegador que você não reconhece. A qual ameaça está exposto o navegador e que medida deve ser tomada imediatamente?

- A) Spam; bloquear todos os anúncios, utilizando um bloqueador de anúncios no navegador.
- B) Phishing; alterar todas as senhas de suas contas online e desativar cookies do navegador.
- C) Malware; desativar o JavaScript do navegador, a fim de impedir a execução do código malicioso.
- D) Spyware; desinstalar qualquer extensão desconhecida e realizar uma varredura completa com um antivírus.
- E) Malware; restaurar as configurações de fábrica do navegador e executar uma verificação de segurança no sistema.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E NORMATIVAS DA UFGD

20. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996) estabelece que excluído o período destinado aos exames finais, na Educação Superior, o ano letivo regular deve ter, no mínimo, a seguinte quantidade de dias de trabalho acadêmico efetivo:

- A) 270 dias.
- B) 230 dias.
- C) 250 dias.
- D) 200 dias.
- E) 300 dias.

21. A Lei n.º 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Essa lei definiu a demanda para que cada instituição de ensino, pública ou privada, constitua uma Comissão Própria de Avaliação (CPA). Assim sendo, conforme o SINAES, consiste em uma das diretrizes exigidas para a realização das atribuições da CPA:

- A) previsão no seu próprio estatuto da participação de todos os segmentos da comunidade universitária, obedecendo à proporção de 70% docentes, 15% técnicos administrativos e 15% discentes.
- B) atuação autônoma em relação a conselhos e aos demais órgãos colegiados existentes na instituição de Educação Superior.
- C) atuação autônoma em relação aos conselhos pedagógicos da instituição de Educação Superior.
- D) constituição por ato do dirigente máximo da instituição de Ensino Superior da indicação dos membros dos segmentos da comunidade universitária, obedecendo à proporção de 70% docentes, 15% técnicos administrativos e 15% discentes.

- E) atuação condicionada às deliberações do colegiado máximo da instituição de Educação Superior.

22. Conforme o Estatuto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2012), constituem a Administração Central da instituição, EXCETO:

- A) Conselho Universitário.
- B) Conselho de Curadores.
- C) Reitoria.
- D) Conselho Social.
- E) Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura.

23. A realização de Conferências Nacionais de Educação foi estabelecida pela Lei n.º 13.005/2014, com o intuito de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como subsidiar a elaboração do PNE para o decênio subsequente. Considerando essa demanda, a referida lei definiu que a coordenação das Conferências Nacionais de Educação é de competência da/o:

- A) Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.
- B) Conselho Nacional de Educação (CNE).
- C) Fórum Nacional de Educação (FNE).
- D) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- E) Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE A CIDADE DE DOURADOS/MS

24. A Reserva Indígena de Dourados (RID) é considerada uma das maiores do estado de Mato Grosso do Sul. Nesse território, estão localizadas as aldeias Jaguapiru e Bororó, que juntas abrigam as seguintes etnias:

- A) Guarani, Terena e Pataxó.
- B) Guarani, Kaiowá e Xavante.
- C) Guarani, Kaiowá e Terena.
- D) Kaiowá, Guajajara e Tupi-Guarani.
- E) Kaiowá, Terena e Xavante.

25. Dourados, ao longo de sua história, recebeu a influência de estrangeiros na sua economia e cultura. O simbolismo dessas influências se faz presente em diversos locais públicos da cidade, como praças e nomes de rua. Nessa direção, consideram-se como nacionalidades de imigrantes que fazem parte da história de Dourados:

- A) colombianos e argentinos.
- B) paraguaios e japoneses.
- C) paraguaios e tailandeses.
- D) chilenos e equatorianos.
- E) paraguaios e colombianos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

26. Para cadastrar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), basta acessar serviços na área de trabalho, emprego e previdência, comunicações e requerimentos no site gov.br. Segundo as informações contidas no site quem pode utilizar esse serviço é a empresa onde trabalha a pessoa vítima do acidente de trabalho. Caso a empresa não cumpra com essa obrigação, podem registrar a CAT, EXCETO:

- A) a própria pessoa acidentada.
- B) o vizinho.
- C) dependentes da pessoa acidentada.
- D) entidades sindicais.
- E) médicos.

27. A Norma Técnica NBR 14280/2001 fixa critérios para o registro, comunicação, estatística, investigação e análise de acidentes do trabalho, suas causas e consequências, aplicando-se a quaisquer atividades laborativas. Considerando as causas de acidentes a que a Norma se refere, a causa relativa ao comportamento humano, que pode levar à ocorrência do acidente ou à prática do ato inseguro, é definida como:

- A) agente do acidente (agente).
- B) espécie de acidente im pessoal (espécie).
- C) condição ambiente de insegurança (condição ambiente).
- D) fator pessoal de insegurança (fator pessoal).
- E) tipo de acidente pessoal (tipo).

28. João Ribeiro, engenheiro de segurança do trabalho, ao realizar suas avaliações rotineiras de agentes insalubres na exposição ao ruído contínuo ou intermitente, observou que um trabalhador vem realizando suas atividades junto de uma máquina extrusora de plástico durante 4 (quatro) horas de sua jornada de trabalho, sendo essa a máxima exposição diária permissível. Considerando o Anexo n.º 1 da NR-15, o nível de ruído em dB (A) ao qual o trabalhador fica exposto durante esse tempo é de:

- A) 85.
- B) 88.
- C) 90.
- D) 92.
- E) 94.

29. Antônio Lopes trabalha operando uma centrífuga industrial que produz ruído de impacto. Considerando os limites de tolerância estabelecidos pelo Anexo n.º 2 da NR-15, é correto afirmar que:

- A) nos intervalos entre os picos de ruído de impacto, o ruído existente deverá ser ignorado na avaliação.
- B) o ruído de impacto é aquele que apresenta picos de energia acústica de duração igual a 10 segundos, a intervalos de 5 segundos.
- C) as atividades ou operações que exponham os trabalhadores, sem proteção adequada, a níveis de ruído de impacto superiores a 100 dB(linear) oferecerão risco grave e iminente.
- D) os níveis de impacto deverão ser avaliados em decibéis (dB), com medidor de nível de pressão sonora operando no circuito linear e no circuito de resposta para impacto, sendo o limite de tolerância de 130 dB (linear).
- E) não dispondo de medidor do nível de pressão sonora com circuito de resposta para impacto, é válida a leitura feita no circuito de resposta rápida (FAST) e no circuito de compensação "C", sendo o limite de tolerância de 130 dB(C).

30. Roberval dos Santos, engenheiro de segurança do trabalho, consultando o Anexo n.º 1 da NR-15, verificou que não é permitida, para indivíduos que não estejam adequadamente protegidos, a exposição a níveis de ruído acima de:

- A) 85 dB(A).
- B) 115 dB(A).
- C) 120 dB(A).
- D) 130 dB(A).
- E) 140 dB(A).

31. João Ribeiro, engenheiro de segurança do trabalho foi contratado recentemente para avaliar a exposição a agentes químicos dos trabalhadores que executam suas atividades em uma empresa de produção de Sulfato de Dimetila. Inspecionando o local, observou a realização das atividades e coletou 10 (dez) amostras instantâneas, com tubos colorimétricos, ao nível respiratório do trabalhador, com intervalo de 20 minutos para cada coleta. O limite de tolerância para o Sulfato de Dimetila é de $0,4\text{mg}/\text{m}^3$, possuindo anotação de VALOR TETO e ABSORÇÃO TAMBÉM PELA PELE no Quadro n.º 1 do Anexo n.º 11 da NR-15. Observe os valores obtidos nas amostras e os dados para os cálculos:

Número de Amostras	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Valor encontrado em (mg/m^3)	0,3	0,2	0,8	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2

Quadro n.º 2, Anexo n.º 11 da NR 15:
limite de tolerância x fator de desvio:

L.T (ppm ou mg/m^3)	F.D
0 a 1	3
1 a 10	2
10 a 100	1,5
100 a 1000	1,25
Acima de 1000	1,1

Considerando todas as informações dadas, é correto afirmar que:

- A) a média das concentrações ultrapassou o limite de tolerância.
- B) o limite de tolerância foi excedido por causa do valor teto e da amostra 03 ($0,8\text{mg}/\text{m}^3$).
- C) a atividade é considerada salubre, mesmo apresentando anotação de valor teto.
- D) a concentração média é de $0,3\text{mg}/\text{m}^3$, e a atividade é considerada insalubre de grau médio.
- E) o valor máximo é de $1,00\text{mg}/\text{m}^3$, portanto considerado situação de risco grave e iminente.

32. João Lopes, trabalha na concessionária de energia elétrica do estado. Para realizar suas atividades operacionais de eletricitário no local de trabalho, inicia com uma análise qualitativa. Essa análise é aplicada na fase do projeto ou do desenvolvimento de qualquer novo processo, produto ou sistema. Os princípios e as metodologias são a revisão geral de aspectos de segurança por meio de um formato padrão, levantando causas e efeitos de cada risco, medidas de prevenção ou de correção e de categorização dos riscos para priorização de ações. É utilizada para identificar, minimizar e controlar os riscos no local de trabalho. Essas informações sintetizam os objetivos, os princípios e as metodologias de uma:

- A) análise e revisão de critérios.
- B) análise de modos de falha e efeito.
- C) análise de componentes críticos.
- D) análise de árvore de falhas.
- E) análise preliminar de riscos.

33. Antônio Carlos foi contratado para trabalhar em uma empresa de beneficiamento de mármore e granitos para serem instalados em edificações. Em sua atividade, é necessário o controle das poeiras minerais, a fim de se manter a salubridade do ambiente. No primeiro trimestre de trabalho, ocorreu uma avaliação realizada pelo engenheiro de segurança do trabalho. Ele verificou a exposição às poeiras de sílica livre cristalizada. Foi realizada uma avaliação ambiental para poeira total, com o objetivo de verificar as condições de insalubridade do local, nos termos do Anexo n.º 12 da NR-15. Analise os dados obtidos na Tabela 1 e determine o limite de tolerância e as condições de trabalho que o engenheiro obteve em sua avaliação.

Tabela 1: dados obtidos no posto de trabalho:

Tempo total da amostragem:	8 horas
Vazão média da bomba:	3,0 litros/minuto
Massa da amostra encontrada:	4,3 mg
% de sílica livre cristalizada na amostra:	7,0%
Volume amostrado:	$V = (Q \times T) / 1.000$
Concentração:	$C = M / V$

- A) Limite de tolerância = $2,6\text{mg}/\text{m}^3$ e atividade salubre.
- B) Limite de tolerância = $0,85\text{mg}/\text{m}^3$ e atividade insalubre.
- C) Limite de tolerância = $2,2\text{mg}/\text{m}^3$ e atividade salubre.
- D) Limite de tolerância = $2,4\text{mg}/\text{m}^3$ e atividade insalubre.
- E) Limite de tolerância = $0,88\text{mg}/\text{m}^3$ e atividade insalubre.

34. O brigadista de uma fábrica de papéis, ao ser acionado para combater um princípio de incêndio, se deparou com um compartimento, embutido na parede, dotado de porta, armazenando a mangueira, o esguicho e o carretel. Esse compartimento, capaz de proteger contra intempéries e danos diversos, é chamado de:

- A) abrigo.
- B) câmara.
- C) local de segurança.
- D) armário.
- E) hidrante de parede.

35. Um engenheiro, verificando os sistemas de combate a incêndio existentes na empresa onde ele trabalha, constatou que a maioria dos equipamentos existentes serviam para combater o fogo em equipamentos de instalações elétricas energizadas, que é classificado como sendo:

- A) fogo da classe A.
- B) fogo da classe B.
- C) fogo da classe C.
- D) fogo da classe D.
- E) fogo da classe E.

36. Antônio Lopes foi contratado para trabalhar em um ambiente não projetado para ocupação humana contínua, com meios limitados de entrada e de saída, podendo existir atmosfera perigosa. Ao verificar nas normas regulamentadoras, identificou esse ambiente na NR-33 como sendo:

- A) um reservatório.
- B) uma cabine de segurança.
- C) uma área de risco.
- D) um espaço confinado.
- E) uma área controla.

37. O trabalhador deve utilizar o Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. Antônio Carlos, eletricitário, precisa de equipamentos específicos, pois a maior parte do tempo labora em altura. Considerando a segurança de que ele necessita, segundo a NR-6, recebeu no seu kit de EPI:

- A) cone.
- B) guarda-corpo.
- C) cinturão com talabarte.
- D) tela de proteção.
- E) plataforma de segurança.

38. A construtora Casa Nova há cinco anos constrói edifícios e consulta um especialista em segurança do trabalho para lhe indicar os tipos de equipamentos de proteção individual (EPI) mais adequados para seus trabalhadores e os equipamentos de proteção coletiva (EPC), considerando todos os aspectos de segurança no ambiente de trabalho, a fim de evitar acidentes no canteiro de obras. Segundo as medidas de prevenção contra queda de altura estabelecidas na NR-18, é obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou a projeção de materiais e objetos no entorno da obra. Nesse caso, dentre as opções estipuladas pela norma, a construtora deverá utilizar:

- A) cinturão de segurança com talabarte.
- B) cinto abdominal e perneira.
- C) balaclava e braçadeiras.
- D) cordão umbilical.
- E) redes para proteção.

39. Antônio Lopes foi eleito na eleição da CIPA na empresa onde trabalha. A empresa é regida pela consolidação das leis do trabalho. Segundo a NR-05, da Portaria n.º 3.214/1978, o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de:

- A) 1 ano, permitida uma reeleição.
- B) 1 ano e mais 60 dias para organização da próxima eleição.
- C) 2 anos e mais 6 meses, se autorizado pela empresa.
- D) 3 anos, proibida a reeleição.
- E) 2 anos, mais recondução de 1 ano.

40. Os membros da CIPA, eleitos e designados, serão empossados no primeiro dia útil após o término do mandato anterior. A CIPA terá reuniões ordinárias mensais e reuniões extraordinárias, cujas discussões serão registradas em ata. Para redigir a ata, em cada reunião ordinária ou extraordinária, os membros da CIPA designarão o:

- A) vice-presidente.
- B) presidente.
- C) assessor.
- D) técnico.
- E) secretário.

41. Um operador de máquinas industrial local se acidentou, precisando ficar afastado do trabalho por um período de 40 dias. Nesse caso, segundo a NR-07, o operador deverá:

- A) passar por exame admissional, pois o período de afastamento foi superior a 30 dias.
- B) realizar o exame periódico para poder retornar ao trabalho, pois os exames periódicos devem ser realizados a cada 30 dias.
- C) realizar o exame clínico de retorno ao trabalho, antes de reassumir sua função, pois o período de ausência ao trabalho foi superior a 30 dias.
- D) realizar exame de mudança de riscos ocupacionais para prevenção de acidentes, pois a causa do afastamento foi um acidente.
- E) realizar exame clínico demissional, pois o período de ausência ao trabalho foi superior a 30 dias.

42. No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até _____, contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há menos de _____, para as organizações com graus de risco 1 e 2, e há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações com graus de risco 3 e 4. Assinale a alternativa correta que preenche as lacunas do texto extraído da NR-7, que estabelece a realização obrigatória dos exames médicos que devem ser incluídos no PCMSO.

- A) 5 (cinco) dias; 120 (cento e vinte) dias.
- B) 10 (dez) dias; 180 (cento e oitenta) dias.
- C) 5 (cinco) dias; 135 (cento e trinta e cinco) dias.
- D) 10 (dez) dias; 120 (cento e vinte) dias.
- E) 10 (dez) dias; 135 (cento e trinta e cinco) dias.

43. Em uma inspeção de rotina no hospital municipal, o engenheiro de segurança do trabalho observou que o médico responsável por cuidar dos pacientes internados no setor de isolamento de pacientes com doenças infecto-contagiosas estava laborando em contato permanente com esses doentes. Considerando o risco do contato com os agentes biológicos nessa função, o engenheiro determinou que lhe fosse pago o adicional de:

- A) periculosidade de grau máximo.
- B) insalubridade de grau mínimo.
- C) periculosidade de grau médio.
- D) insalubridade de grau máximo.
- E) insalubridade de grau médio.

44. Um profissional de segurança do trabalho, ao inspecionar um ambiente para verificar a insalubridade, constatou, nesse local, mais de um tipo de risco, com diferentes graus de insalubridade, ocorrendo-lhe a seguinte dúvida: no caso de incidência de mais de um fator de insalubridade, para efeito de acréscimo salarial, como proceder? Recorrendo a leitura e interpretação da NR-15, ele obteve a seguinte resposta:

- A) fica nula a insalubridade.
- B) será considerada uma periculosidade.
- C) será considerada de grau máximo e de grau médio, sendo pago o adicional, cumulativamente, para os dois fatores.
- D) é considerado somente o grau mínimo para pagamento do adicional de insalubridade, sendo vedada a percepção cumulativa.
- E) será apenas considerado o grau mais elevado, sendo vedada a percepção cumulativa.

45. Segundo a Instrução Normativa SGP/SEGGG /ME n.º 15, de 16 de março de 2022, quando um servidor público federal se submete a circunstâncias ou as condições insalubres ou perigosas por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal, significa dizer que a exposição a circunstâncias ou condições insalubres a que o servidor está submetido é de forma:

- A) eventual.
- B) esporádica.
- C) habitual.
- D) ocasional.
- E) permanente.

46. A Instrução Normativa SGP/SEGGG /ME n.º 15, de 16 de março de 2022, apresenta algumas atividades que não geram direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Conforme esta IN, é correto afirmar que:

- A) quando a exposição a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas seja eventual ou esporádica, o servidor receberá adicional de insalubridade de grau mínimo.
- B) o servidor não faz jus a adicionais quando suas atividades são consideradas como atividades-meio ou de suporte, em que não há obrigatoriedade e habitualidade do contato.
- C) as atividades que são realizadas em local inadequado, em virtude de questões gerenciais ou por problemas organizacionais de outra ordem, devem ser consideradas perigosas para percepção de adicional de periculosidade.
- D) nas atividades em que o servidor ocupe função de chefia ou direção, com atribuição de comando administrativo, exceto quando respaldado por laudo técnico individual que comprove a exposição em caráter habitual ou permanente, o servidor fará jus ao pagamento de adicional de penosidade.
- E) será devido adicional de insalubridade, de periculosidade e de penosidade aos estagiários contratados nos termos da Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.

47. O enfermeiro José Alves labora no hospital federal da capital. O engenheiro de segurança do trabalho responsável, ao avaliar suas atividades, constatou que José Alves labora em contato com agentes insalubres de forma habitual, de grau médio, conforme a NR-15 e a IN SGP/SEGGG /ME n.º 15/2022. Considerando as orientações sobre a concessão dos adicionais nos termos da legislação federal, para servidores públicos, o enfermeiro deverá receber o adicional de insalubridade sobre seu vencimento de:

- A) 5%.
- B) 10%.
- C) 20%.
- D) 30%.
- E) 40%.

48. João da Silva, eletricitista concursado da universidade federal de sua cidade, labora executando instalações elétricas novas e fazendo manutenção. As suas atividades foram caracterizadas como sendo perigosas, fazendo jus ao adicional de periculosidade nos termos da NR-16 e da IN SGP/SEGGG /ME n.º 15/2022. Considerando a sua condição de servidor público federal, João da Silva deverá receber o adicional de periculosidade sobre seu vencimento de:

- A) 5%.
- B) 10%.
- C) 20%.
- D) 30%.
- E) 40%.

49. Segundo o Anexo n.º I da NR-09, a avaliação da exposição ocupacional à vibração em mãos e braços deve ser feita utilizando-se sistemas de medição que permitam a obtenção da aceleração resultante de exposição normalizada (aren), parâmetro representativo da exposição diária do trabalhador. Considerando a exposição de um trabalhador a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren), o limite de exposição ocupacional diária em mãos e braços é de:

- A) 2,0m/s².
- B) 2,5m/s².
- C) 3,5m/s².
- D) 4,0m/s².
- E) 5,0m/s².

50. Segundo o Anexo n.º III da NR-09, a avaliação quantitativa do calor deverá ser realizada com base na metodologia e nos procedimentos descritos na Norma de Higiene Ocupacional n.º 06 - NHO 06 (2. ed., 2017) da FUNDACENTRO, considerando-se alguns aspectos. Segundo essa norma, a sobrecarga térmica é determinada por meio do:

- A) método de coleta com bomba de amostragem e cálculo do volume de ar amostrado.
- B) método da Bolha de Sabão.
- C) índice de Temperatura e Umidade Termômetro de Mercúrio.
- D) índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo.
- E) índice de Umidade e Saturação.